

ASPECTOS DA HERÁLDICA PORTUGUESA NA ÉPOCA DA EXPANSÃO ULTRAMARINA

MANUEL ARTUR NORTON
Universidade do Porto

Em matéria do tipo de heráldica que se vai tratar, o período cronológico de 1415-1492 abrange os reinados dos seguintes Reis:

- D. João I (Aclamação 6-Abr-1385. †14-Ago-1433),
- D. Duarte I (Aclamação 15-Ago-1433. †13-Set-1438),
- D. Afonso V (Aclamação 10-Set-1438. †28-Ago-1481),
- D. João II (Aclamação 31-Ago-1481. †25-Out-1495),
- D. Manuel I (Aclamação 27-Out-1495. †13-Dez-1521).

Mas infelizmente do reinado de D. João I, relações de heráldica e ultramar nada existe actualmente, se é que alguma vez tenha havido tal matéria.

No período cronológico que se vai tratar, a heráldica portuguesa vai sofrer uma evolução constante, se bem que lenta, no tipo de bola de neve. Este desenvolvimento é de tal forma grande, que o Rei D. Manuel I acabou por ser obrigado pelas circunstâncias a reorganizar e reestruturar a armaria em Portugal. Uma série de medidas teve de tomar, entre as quais se destacam: o «Regimento dos Reis de Armas», de 1512; as «Ordenações», de 18 de Julho de 1512, e de 31 de Março de 1520, para além dos livros de brasões que mandou fazer, como é o caso do «Livro do Armeiro-Mór».

Significa esta situação que o período que se vai expor é aquele que em matéria de armaria portuguesa tem maior criatividade, tendo ultrapassado as suas estruturas medievais, ou seja, as tradicionais.

A situação heráldica em Portugal, desde 1385 até 1512 gozava das seguintes características:

«As armas de família não pertencem a uma específica família, como sucede na armaria europeia, mas sim a todas as famílias com o mesmo apelido, pelo que as armas de família são diga-se «armas de apelido».

«Não têm timbre, e se o têm, ou é pessoal ou até temporário, ou foi um possível acrescento honroso. A armaria portuguesa, neste período, abrange não só a nobreza, como também a burguesia. (Esta última com as duas diferenças obrigatórias: não pode usar metal, nem timbre. Carta Régia, Toro, 21 de Maio de 1476¹».

1. Arq. N. Torre do Tombo. Chancelaria D. Afonso V. Livro VI, fl. 91; e Livro de Extras, fl. 152 e 183.

Surgem pela primeira vez as empresas na Família Real, e asseguir na nobreza, com a característica de se lhes terem juntado as cores predilectas.

Nunca ter existido em Portugal a Lei Sálica, pelo que todas as mercês e honrarias nobiliárquicas e heráldicas à falta de Macho, sempre passaram por fêmea.

Com esta estrutura ire-se-há abordar a armaria portuguesa durante esta época tão original.

A expansão ultramarina portuguesa começa em 21 de Agosto de 1415, com a conquista de Ceuta, no Marrocos.

Por outro lado, não existia a Corporação dos Reis de Armas, só organizada no século XVI, pelo Rei D. Manuel I. O que hoje se conhece foi o Rei D. João I ter criado o ofício de Rei de Armas, e possivelmente os outros cargos: Arautos e Passavantes.

Como escreve Silva Lopes², a finalidade teria sido disciplinar o uso de brasão de armas de família, e daí a tradição indicar como o primeiro Rei de Armas, em Portugal, ser o inglês Arrieta.

Aliás o Cronista-Mór do Reino, Fernão Lopes referia-se à situação anárquica em que este assunto se encontrava³, daí as medidas tomadas por D. João I.

Pelo que a situação no princípio da expansão ultramarina era o uso do brasão de armas do apelido de família, ou seja a adopção das armas do apelido, com a carga da tradição que poderia ter, ou então simplesmente as armas que quizessem, tal como era um costume na época⁴.

Da gesta da expansão portuguesa pela orla marítima da costa marroquina, ou colonização das ilhas dos Açores e Madeira resultou o seguinte panorama:

A primeira carta de brasão de armas novas foi dada em Ceuta a 18 de Setembro de 1419, a Martim Vicente de Vasconcelos: Escudo esquartelado: I e IV de vermelho, com um lobo passante de ouro. II e III enxequetado de ouro e azul, de três peças em faixa e cinco em pala. T.: -. Sómente é uma doação particular do Conde de Vila Real, D. Pedro de Meneses⁵.

A doação foi a recompensa dada ao agraciado por ter, em combate contra os mouros, salvo a vida ao D. Pedro. Já tinha brasão de armas, pois era da família dos Vasconcelos.

Seguem-se então as seguintes Cartas de Brasão de Armas (C.B.A.), de mercê régia:

2. LOPES, Carlos da Silva. «Conquistas (As) e descobrimentos na heráldica portuguesa do século XVI». *Armas e Troféus*. 2ª Série. Lisboa. Instituto Português de Heráldica. 1960. I (2). Jan-Abr., p. 110.

3. NORTON, Manuel Artur. «Reforma (A) heráldica manuelina». 7º Col. *Int. de Heráldica*. Cáceres. 1991.

4. LOPES, Carlos da Silva.- *op. cit.*

5. SÃO PAIO, Conde de. «Carta (Uma) inédita de parentesco e brasão d'armas. Os Vasconcelos Vilalobos do Alentejo. Notas heraldicas, genealogicas e bio-bibliograficas». *Arqueologia e História*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses. 1925. Separata.

C.B.A., de Avis, 10-Jul-1438, aos irmãos Gil Simões Vilarinho e Vicente Simões: de prata, com um lião de negro, gotado, lampassado e armado de vermelho, sobre um monte de verde, em ponta. T.: o lião do escudo⁶.

Doação por terem combatido com os Infantes D. Henrique e D. Fernando, no palanque de Tânger, onde estiveram todos cercados e, onde foram feridos. Já tinham brasão de armas de família⁷ ainda, portanto, no reinado de D. Duarte I.

A partir do Rei D. Afonso V, o Africano, as mercês de armas novas dividem-se, em relação a África, a duas regiões distintas: a do Marrocos e a da Guiné, para além da Atlântica.

C.B.A., 21-Out-1450, passada a Fernão Gil de Montarroio. Tinha-se distinguido em Ceuta. C.B.A., 23-Jun-1459, passada a Alvaro Gonçalves de Cáceres. Distinguiu-se na conquista de Alcacer Ceguer (23-Out-1458). C.B.A., 1-Abr-1462, passada a Martim Esteves Boto. Combateu na tomada de Ceuta (21-Ago-1415), cêrco de Tanger (16-Out-1437) e conquista de Alcacer Ceguer (23-Out-1458). C.B.A., 8-Nov-1471, passada a Lopo Esteves. Combateu na conquista de Alcacer Ceguer (23-Out-1458), Arzila (24-Ago-1471) e Tânger (29-Ago-1471), para além de serviços prestados em Ceuta. C.B.A., 8-Nov-1471, passada a Alvaro Afonso Frade. Pelas mesmas razões do antecedente. C.B.A., 12-Nov-1471, passada a António Leme. Combateu nas conquistas de Arzila (24-Ago-1471) e Tânger (29-Ago-1471). C.B.A., 5-Set-1475, passada a João Lourenço. Pelos seus serviço no Reino e no Marrocos. C.B.A., 11-Out-1475, passada a Gabriel Gonçalves de Freitas. Pelos mesmos serviços que o antecedente. C.B.A., 13-Nov-1475, passada a Fernão Luís. Combateu na conquista de Arzila (24-Ago-1471) e na de Tânger (29-Ago-1471). C.B.A., 4-Abr-1476, passada a Alvaro Lopes de Chaves. Pelos seus serviços em Castela (1476) e no Marrocos. C.B.A., 21-Maio-1476, passada a Rui Vasques. Combateu na conquista de Arzila (24-Ago-1471) e na de Tânger (29-Ago-1471), e na guerra com Castela (1476). C.B.A., 6-Jun-1476, passada a João Lopes. Combateu na conquista de Arzila (24-Ago-1471), na de Tânger (29-Ago-1471) e na de Anafé (Casablanca) (1468) e na guerra com Castela (1476). C.B.A., 6-Nov-1481, passada a João Garcês. Combateu na conquista de Alcacer Ceguer (23-Out-1458), Anafé (Casablaca) (1468), serviços em Ceuta e na guerra com Castela (1476). C.B.A., 4-Jun-1483, passada a Gonçalo Pires da Bandeira. Pelos seus serviços no Marrocos e na guerra com Castela (1476). C.B.A., 14-Jan-1491, passada a Pero de Alcáçovas. Combateu na conquista de Alcacer Ceguer (23-Out-1458), na de Arzila (24-Ago-1471), na de Tânger (29-Ago-1471) e serviços no Reino.

Na região da Guiné:

C.B.A., 29-Ago-1474, passada a Fernão Gomes da Mina. Pelo descobrimento da Costa da Mina, hoje denominada Costa do Ouro (Gahana) (1471). C.B.A., 14-Abr-1484, passada a Diogo Cão. Pelas descobertas da costa africana em 1482

6. Arq. N. Torre do Tombo. Chancelaria D. Duarte. Livro 1º, fl. 236. FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Armaria portuguesa*. (Lisboa). (1921)., p.477-8.

7. *Ibidem*.

e 1484. C.B.A., 17-Mar-1485, passada a Diogo de Azambuja. Pela construção da fortaleza de S. Jorge da Mina (Gahana) (1472).

Para além do brasão de armas dado ao Príncipe dos Jalofos, em 1488.

Na região marítima:

C.B.A., 31-Ago-1475, passada a Nuno Martim Garro. Pelos seus serviços no mar e em terra. C.B.A., 28-Fev-1485, passada a João Fernandes do Arco. Pelo apoio logístico nas conquistas de Arzila (24-Ago-1471) e de Tânger (29-Ago-1471), assim como pelos seus trabalhos na ilha da Madeira. C.B.A., ca.1460, passada a Tristão Vaz. Pelo seu apoio logístico na tomada de Tânger (29-Ago-1471), pela descoberta (em conjunto), das ilhas de Porto Santo (1418) e Madeira (1419) e pelos seus trabalhos no início da colonização da ilha da Madeira. C.B.A., 4-Jul-1460, passada a João Gonçalves Zarco. Combateu no cerco de Tânger (16-Out-1437), descoberta (em conjunto) das ilhas de Porto Santo (1418) e da Madeira (1419), e por ter sido o primeiro a colocar a bordo dos barcos a artilharia e à proa⁸.

De toda esta heráldica quatrocentista, quais foram as influências que a armaria portuguesa recebeu, sob o aspecto do exótico vindo do ultramar?

O método que se usou foi o de coligir todas as C.B.A. de mercê nova, porque desta forma fácil seria de se notar a introdução de figuras directamente relacionadas, com os elementos importados neste período da expansão ultramarina.

Mas também é durante este período que a época medieval acaba, com a queda de Constantinopla (6-Abr-1453), começando uma nova fase na heráldica.

Ao período estilizado da heráldica medieval, surge a revolução do naturalismo heráldico renascentista. Muitas das modificações heráldicas não seriam fundamentalmente devido às influências ultramarinas, mas principalmente a uma mudança na forma de viver da nova época, a renascentista, cujos gostos na sociedade, se modificaram.

E um dos resultados que para a heráldica portuguesa todas essas circunstâncias trouxeram, foi a introdução do timbre, que não havia. Facto que passou a ser obrigatório, se bem que ainda no reinado de D. Manuel I, mas fora, contudo, do âmbito cronológico de que se está a tratar. Assim como o brasão de armas de família passar a ser um apanágio exclusivo da nobreza (1521), e como tal haver certos impostos (as fintas, por exp.), que não eram taxáveis àquela classe privilegiada.

Destas Cartas de Brasão de Armas coligidas e apresentadas atrás verificou-se que os elementos constitutivos dessas mercês novas, as figuras, os móveis portanto, ainda tinham um pendor profundamente tradicional, com liões, castelos, águias...

Do total de vinte e cinco mercês de armas novas, repartidas fundamentalmente nos três grupos citados, dos quais o primeiro está principalmente relacionado com a região marroquina, teve dezoito C.B.A.; o segundo grupo está relacionado principalmente com a região guineense, teve três C.B.A.; e o terceiro grupo relacionado basicamente com a região marítima atlântica teve quatro C.B.A..

8. BARRETO, Augusto Mascarenhas. *Português (O) Cristovão Colombo agente secreto do Rei Dom João II*. Lisboa. Ed. Referendo. 1988., p.143.

Ao contrário do que hoje se julgaria, mas perfeitamente de acordo com a maneira de pensar da época, não eram as actividades marítimas as mais importantes, mas sim as guerreiras no Marrocos.

O resultado é ter-se encontrado do primeiro grupo listado quatro C.B.A. com figuras de importação ultramarina. Do segundo grupo, apenas se encontraram duas C.B.A.. E do terceiro grupo nada se encontrou.

Especificadamente vejam-se os elementos obtidos nos três grupos:

Primeiro grupo (Actividades principais na região marroquina):

Alvaro Gonçalves de Cáceres. C.B.A., 23-Jun-1459. Escudo de oiro, com uma palmeira arrancada e frutada de sua cor; no chefe uma estrela de vermelho. Timbre: a palmeira do escudo⁹.

Martim Esteves Boto. C.B.A., 1-Abr-1462. Escudo franxado: I e IV de oiro, com uma cabeça de moiro fotada de prata. II e III de vermelho, com uma torre de prata aberta, frestada e lavrada de negro. Timbre: uma torre de escudo encimada por uma das cabeças de moiro¹⁰.

Gabriel Gonçalves de Freitas. C.B.A., 11-Out-1475. Escudo de azul, águia bicéfala de oiro, agarrando uma cabeça de moiro de carnação; em orla, cordão de São Francisco de sua cor. Timbre: -¹¹.

João Lopes. C.B.A., 6-Jun-1476. Escudo de azul, palmeira arrancada de oiro, rematada por um corvo de negro levantando vôo. Timbre: corvo de negro com um ramo de palmeira de oiro, no bico¹².

Segundo grupo (actividades principais na região guineense):

Fernão Gomes da Mina. C.B.A., 29-Ago-1474. Escudo de prata, com três cabeças de negro de sua cor, cada uma com colar, bricos e argolas de nariz, tudo de oiro. Timbre: uma das cabeças de negro¹³.

Diogo Cão. C.B.A., 14-Abr-1484. Escudo de verde, com dois padrões de prata, rematados cada um por uma cruz de azul e firmados sobre dois montes, moventes dum terreiro, tudo de sua cor. Timbre: os dois padrões passados em aspa e atados de verde¹⁴.

9. Arq. N. Torre do Tombo. Chancelaria D. Afonso V. Livro 36º, fl. 155. FREIRE, Anselmo Braamcamp.- *op. cit.*, p. 97. FARIA, António Machado de. «Armorial lusitano». Lisboa. Ed. Enciclopédia, Ldª. 1960., p. 122-3.

10. Arq. N. Torre do Tombo. Chancelaria D. Afonso V. Livro 1º., fl. 14. FREIRE, Anselmo Braamcamp.- *op. cit.*, p. 84. FARIA, António Machado de.- *op. cit.*, p. 109.

11. Arq. N. Torre do Tombo. Chancelaria D. Afonso V. Livro 30º, fl. 20v. FREIRE, Anselmo Braamcamp.- *op. cit.*, p. 231. FARIA, António Machado de.- *op.cit.*, p.521-2.

12. Arq. N. Torre do Tombo. Místicos. Livro 2º, fl. 53. FREIRE, Anselmo Braamcamp.- *op. cit.*, p. 273. FARIA, António Machado de.- *op. cit.*, p. 313.

13. BARROS, João de. «Asia». 1ª Década. Livro 2º. Cap. III, fl. 22v. FREIRE, Anselmo Braamcamp.- *op. cit.*, p. 330. FARIA, António Machado de.- *op. cit.*, p. 368.

14. Arq. N. Torre do Tombo. Místicos. Livro 2º, fl. 294v. FREIRE, Anselmo Braamcamp.- *op. cit.*, p. 112. FARIA, António Machado de.- *op. cit.*, p. 136.

De todos os elementos de influência ultramarina que se coligiram verifica-se que há em duas C.B.A. cabeças de moiros, numa só cabeças de negros, duas com palmeiras e uma só com padrão.

Nestas C.B.A. descreveram-se os timbres, que não existem na mercê e só veio a ser obrigatório, como se escreveu atrás, a partir da reforma heráldica de 1512. Mas para melhor, e por ser mais completo, resolveu-se descrever as timbres que vieram a ser adoptados.

Pode-se, assim concluir que até ao fim do século XV, a influência exótica do ultramar, ou de elementos marítimos pouco realce tiveram na heráldica portuguesa. O mesmo já se não poderá afirmar, para o período quinhentista, se bem que não tenha também um grande realce, mas aí já entra um elemento novo: o timbre.

Foi, portanto, ainda no século XV que a admissão de figuras exóticas começaram a ser assimiladas na armaria portuguesa. Há, contudo, que frisar bem o aspecto de que as armas de família em Portugal são do apelido, excepto as de mercê nova, como as descritas, que passaram a ser o apanágio heráldico duma específica família e de mais nenhuma.

Seria porque a influência do design medieval fosse tão forte, que não foi possível aos heraldistas ultrapassar essa estrutura? Ou porque a tradição daquela arte medieval tinha tanto peso na sociedade da altura, não aceitava novas estruturas?

Todo um mundo de conjecturas que a historia social aos pouco irá estudando, dando desta forma possibilidades á heráldica de se aprofundar e melhor conhecer as suas raízes modernas.